

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 919.325 - SP (2016/0130457-1)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : BASF SA
ADVOGADO : ANTÔNIO AUGUSTO GARCIA LEAL E OUTRO(S) - SP152186
AGRAVANTE : PANASONIC DO BRASIL LTDA
ADVOGADO : RUI GERALDO CAMARGO VIANA - SP014932
ADVOGADA : FERNANDA BONILHA DAOUD E OUTRO(S) - SP220544
AGRAVADO : WAEL MAMOUD
ADVOGADOS : MARCOS DE MORAES BOMEDIANO - SP244195
DOMINGOS FIORANTE BOMEDIANO E OUTRO(S) - SP166978
INTERES. : VERA APARECIDA MICHELETO MAIA
INTERES. : VERA LUISA MICHELETO MAIA LEONETTI
INTERES. : ANTONIO LEONETTI JUNIOR
INTERES. : MILENA APARECIDA MICHELETO MAIA RIBEIRO
INTERES. : JOAO BATISTA SOARES RIBEIRO
INTERES. : JOSE NICODEMOS MAIA FILHO
INTERES. : SANDRA APARECIDA MARTINS DE SIQUEIRA MAIA
INTERES. : RICARDO JOSE MICHELETO MAIA
INTERES. : IVETE RODRIGUES MOTA MICHELETO MAIA
ADVOGADO : JÚLIO APARECIDO COSTA ROCHA - SP105783
INTERES. : WIREX CABLE S.A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADOS : RODRIGO ALEXANDRE LAZARO PINTO - SP235177
EDUARDO SIMÕES FLEURY E OUTRO(S) - SP273434

DECISÃO

Trata-se de agravo (art. 544 do CPC/73), interposto pela **PANASONIC DO BRASIL LIMITADA.**, contra decisão que não admitiu recurso especial (fls. 308/309, e-STJ).

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, III, "a" do permissivo constitucional, desafia acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

PRESCRIÇÃO Ação de indenização por danos morais e materiais Danos contínuos e permanentes Renovação do termo inicial do prazo prescricional Prazo trienal do artigo 206, §3º, V, do Código Civil não decorrido Prescrição afastada - Precedentes do TJSP.

LEGITIMIDADE Legitimidade da ré para figurar na ação, pois, em tese, faz parte da relação jurídica que gerou o evento danoso.

LITISCONSÓRCIO Litisconsórcio passivo facultativo Inteligência do art. 46 do CPC Apuração de responsabilidade de cada réu no momento oportuno.

AGRAVO DESPROVIDO.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 237/240 e 253/256, e -STJ).

Na origem, a demanda proposta versa sobre agravo de instrumento visando reconhecer a prescrição da pretensão, a ilegitimidade passiva da empresa BASF S.A e

afastar o litisconsórcio facultativo formado. O Tribunal *a quo* negou provimento ao reclamo.

Em suas razões de recurso especial, a recorrente, ora agravante, alega ofensa aos artigos 189 e 206, §3º, do CC/02 e 46, IV e 295, II, do CPC/73. Sustenta, em síntese, negativa de prestação jurisdicional, prescrição da pretensão da parte recorrida e a indevida formação de litisconsórcio facultativo.

Contrarrazões às fls. 298/304, e-STJ.

Em juízo de admissibilidade, negou-se o processamento do apelo especial, sob os seguintes argumentos: (i) incidir a súmula 7 do STJ; e (ii) ausência de negativa a prestação jurisdicional.

Daí o presente agravo (fls. 319/340, e-STJ), buscando destrancar o processamento daquela insurgência, no qual a recorrente busca refutar os óbices aplicados pela Corte estadual.

Contraminuta (fls. 342/346, e-STJ).

É o relatório.

Decide-se.

O inconformismo **não merece** prosperar.

1. De início, impende consignar a aplicabilidade das normas insertas no Código de Processo Civil de 1973 a este julgado, com amparo no Enunciado Administrativo nº 2 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016, tendo em vista a data de publicação do aresto recorrido.

Quanto à apontada violação dos artigos 535, do CPC/73, não assiste razão à recorrente, porquanto clara e suficiente a fundamentação adotada pelo Tribunal de origem para o deslinde da controvérsia. (**Precedentes: AgRg no Ag 1.402.701/RS**, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 01.09.2011, DJe 06.09.2011; **REsp 1.264.044/RS**, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 01.09.2011, DJe 08.09.2011; **AgRg nos EDcl no Ag 1.304.733/RS**, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, julgado em 23.08.2011, DJe 31.08.2011; **AgRg no REsp 1.245.079/MG**, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 16.08.2011, DJe 19.08.2011; e **AgRg no Ag 1.407.760/RJ**, Rel. Ministro Sidnei Beneti, Terceira Turma, julgado em 09.08.2011, DJe 22.08.2011).

Destaque-se, por oportuno, que a matéria apontada como omitida - (a) não apreciou o fato gerador dos danos alegados pelo WAEL; (b) não apreciou a data da ciência da existência do depósito de resíduos sólidos no terreno adquirido pelo WAEL; (c) não apreciou ausência de indícios para as empresas figurarem no polo passivo da demanda originária e de requisitos para o litisconsórcio passivo facultativo. - foi objeto de debate pela Corte local, consoante denotam os seguintes excertos do acórdão recorrido (fls. 222/229, e-STJ):

"Do que se extrai da petição inicial e **dos documentos apresentados pelo agravado, os danos causados pelo depósito de resíduos tóxicos em seu terreno se prolongam no tempo**, tanto que as irregularidades descritas pelo recorrido constam **do Auto de Infração lavrado pela CETESB com imposição de penalidade de advertência, datado de 03/08 2012 (fls. 87/88)**. A corroborar com a continuidade dos danos, relata o agravado que **em 29/01/2013** a CETESB realizou nova vistoria na área afetada concluindo que os trabalhos de remoção dos resíduos sólidos ainda seguiam no terreno, **conforme ofício encaminhado ao Ministério Público em 30/04/2013 (fls. 27, penúltimo parágrafo)**. Por

outro lado, **não é o caso de reconhecer a ilegitimidade passiva da agravante, pois faz parte da relação jurídica exposta pelo agravado, cabendo, em tese, sua condenação ao pagamento de indenização por danos materiais e morais**, uma vez apurada sua responsabilidade pelo eventual descarte do material que teria contaminado o solo. Por fim, é possível, no caso concreto, a formação do litisconsórcio passivo facultativo, conforme disposto no artigo 46, IV do Código de Processo Civil, **ainda que seja em tese distinta a natureza da responsabilidade civil de cada réu** e que a petição inicial também descreva fatos distintos. **Caberá ao juiz, por ocasião do julgamento do mérito, individualizar a responsabilidade de cada demandado."**

Portanto, verifica-se que a controvérsia foi integralmente solucionada pelo Tribunal de origem, com fundamento suficiente, não estando caracterizada a ofensa ao artigo 535 do CPC/73 (art. 1.022, CPC/15), **pois não há que se confundir entre decisão contrária aos interesses da parte e negativa de prestação jurisdicional**, nem fundamentação sucinta com ausência de fundamentação.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. IRRESIGNAÇÃO DA PARTE AGRAVANTE.

1. Não há falar em ofensa ao art. 1022 do CPC/15, porquanto todas as questões fundamentais ao deslinde da controvérsia foram apreciadas pelo Tribunal a quo, sendo que não caracteriza omissão ou falta de fundamentação a mera decisão contrária ao interesse da parte, tal como na hipótese dos autos.

2. A matéria debatida pela parte recorrente encontra-se pacificada nesta Corte Superior nos termos do que decidido pelo Tribunal local, no sentido de que a presunção de veracidade da condição de hipossuficiência do postulante da assistência judiciária gratuita é relativa, e não absoluta, não acarretando o acolhimento automático do pedido. Precedentes.

3. Outrossim, a pretensão de que seja avaliada pelo Superior Tribunal de Justiça a condição econômica da parte agravante exigiria o reexame de provas, o que é vedado em sede de recurso especial, em face do óbice contido na Súmula 7 do STJ.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1372130/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 13/11/2018, DJe 20/11/2018)

3. Quanto ao mérito, melhor sorte não assiste à recorrente. Na hipótese, vale destacar que o acórdão recorrido, após análise do acervo fático-probatório, concluiu que os danos narrados na inicial são de natureza contínua e permanente.

É, aliás, o que se verifica do seguinte excerto do aresto guerreado (fls. 226/227, e-STJ):

"[...] Sustenta a agravante que a pretensão do agravado está prescrita, pois em 30/11/2009 ele teve ciência inequívoca dos fatos por meio de cópia de laudo emitido pela CETESB, tendo decorrido, desde então, o prazo de 3 (três) anos previsto no artigo 206, § 3º, V, do Código

Civil. Afirma também a impossibilidade de litisconsórcio facultativo e insiste no reconhecimento de sua ilegitimidade passiva. **Sem razão a agravante.** Do que se extrai da petição inicial e **dos documentos apresentados pelo agravado**, os danos causados pelo depósito de resíduos tóxicos em seu terreno **se prolongam no tempo**, tanto que as irregularidades descritas pelo recorrido constam do Auto de Infração lavrado pela CETESB com imposição de penalidade de advertência, datado de 03/08 2012 (fls. 87/88).[...] Trata-se, portanto, ao menos em princípio, **de dano contínuo e permanente, propiciando o ajuizamento da ação indenizatória enquanto perdurar, afastando-se a prescrição.**"

Com efeito, esta Corte Superior tem entendimento no sentido de que quando os danos forem de natureza sucessiva e gradual, a ação indenizatória poderá ser ajuizada enquanto perdurar o dano.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SEGURO HABITACIONAL. DANOS CONTÍNUOS E PERMANENTES. PRESCRIÇÃO. PRAZO. DIES A QUO. AGRAVO DESPROVIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça possui o entendimento de que, em relação ao marco inicial do prazo prescricional, sendo os danos suscitados de índole sucessiva e gradual, a sua progressão propicia sucessivos sinistros sujeitos à proteção securitária, renovando-se, portanto, o prazo prescricional. Estará firmada a pretensão do beneficiário quando, interpelada a seguradora, esta se negar a indenizar.

2. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 212.203/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 03/12/2013, DJe 03/02/2014)

PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM COMPENSAÇÃO DE DANOS MORAIS. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 282/STF. INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL VIOLADO. AUSENTE. SÚMULA 284/STF. VIOLAÇÃO DO DIREITO DE VIZINHANÇA. ABANDONO DE TERRENO CONTÍGUO À RESIDÊNCIA DA AUTORA UTILIZADO POR TRANSEUNTES COMO LOCAL PARA CONSUMO DE DROGAS, DEPÓSITO DE LIXO E COMO "BANHEIRO PÚBLICO". PRETENSÃO COMPENSATÓRIA. DANOS MORAIS. PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. DANOS CONTÍNUOS E PERMANENTES. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. COTEJO ANALÍTICO E SIMILITUDE FÁTICA. AUSÊNCIA.

1. Ação ajuizada em 08/07/2011. Recurso especial concluso ao gabinete em 26/08/2016. Julgamento: CPC/73.

2. O propósito recursal é definir se está prescrito o direito da recorrida de ajuizar ação buscando a compensação de danos morais eventualmente sofridos, decorrentes de suposta violação ao direito de vizinhança por parte da recorrente.

3. A ausência de decisão acerca dos argumentos invocados pela recorrente em suas razões recursais impede o conhecimento do recurso

especial.

4. A ausência de fundamentação ou a sua deficiência implica o não conhecimento do recurso quanto ao tema.

5. Os danos experimentados pela recorrida são de natureza contínua e permanente, de forma que a ação reparatória ou compensatória pode ser ajuizada enquanto perdurar o dano.

6. O dissídio jurisprudencial deve ser comprovado mediante o cotejo analítico entre acórdãos que versem sobre situações fáticas idênticas.

7. Recurso especial parcialmente conhecido e não provido.

(REsp 1659500/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/10/2017, DJe 30/10/2017)

Portanto, estando o acórdão do Tribunal local em consonância com o entendimento desta Corte Superior, aplicável o óbice sumular 83, do STJ.

4. Em relação à ilegitimidade passiva, o Tribunal local entendeu que, em tese, a empresa BASF teria legitimidade para responder pelos danos narrados na inicial. É, inclusive, o que se extrai dos excertos do acórdão recorrido (fls. 222/229, e-STJ):

[...] "Por outro lado, não é o caso de reconhecer a ilegitimidade passiva da agravante, pois faz parte da relação jurídica exposta pelo agravado, cabendo, em tese, sua condenação ao pagamento de indenização por danos materiais e morais, uma vez apurada sua responsabilidade pelo eventual descarte do material que teria contaminado o solo [...]".

De fato, esta Corte tem entendimento no sentido de que as condições da ação devem ser aferidas em abstrato, conforme teoria da asserção.

Nesse sentido:

RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE RESSARCIMENTO. DESPESAS DESPENDIDAS COM TRATAMENTO MÉDICO DE EMPREGADO VÍTIMA DE ATAQUE DE CACHORRO. PRETENSÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO DO DONO DO ANIMAL. DESPESAS EFETUADAS POR MEIO DO PLANO DE SAÚDE DISPONIBILIZADO PELO EMPREGADOR. ILEGITIMIDADE ATIVA DO EMPREGADOR (ECT).

1. A ação é direito subjetivo público à prestação jurisdicional do Estado, mas a obtenção da efetiva solução da lide condiciona-se ao atendimento de certas condições: possibilidade jurídica do pedido, legitimidade para a causa e interesse jurídico na tutela jurisdicional.

2. As condições da ação são averiguadas de acordo com a teoria da asserção, razão pela qual, para que se reconheça a legitimidade ativa, os argumentos aduzidos na inicial devem possibilitar a inferência, em exame puramente abstrato, de que o autor pode ser o titular da relação jurídica exposta ao juízo.

3. Assim, considera-se que determinado sujeito tem legitimidade para a causa quando, abstratamente, ao menos, ele tiver o direito de pedir o que pede (legitimidade ativa) e aquele a quem se pede, réu, parecer ser o sujeito que deva fazer ou prestar o que é pedido (legitimidade passiva).

4. No caso dos autos, a ilegitimidade ativa da ECT é evidente, tendo em

vista o fato de a autora não ser titular do crédito que reivindica, porque, tratando-se de despesas médicas custeadas pelo Plano de Saúde, esta é a pessoa jurídica credora dos valores por ela mesma despendidos.

5. Diante da autonomia jurídica das entidades operadoras de planos de saúde, inclusive as de autogestão, os sujeitos da relação jurídica são a operadora e o terceiro, causador dos danos, que deram ensejo aos gastos que se pretende sejam ressarcidos.

6. A empregadora, ECT, ocupa a posição de estipulante, a quem cumpre, entre outras funções, a fiscalização do serviço prestado pela operadora do Plano, sendo sua obrigação de cunho preventivo e assistencial, conforme a legislação de regência (art. 458, § 2º, e IV, da CLT) e também a jurisprudência, não se confundindo com a figura do segurador/operador do plano.

7. Recurso especial não provido.

(REsp 1379885/SC, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 08/05/2018, DJe 06/06/2018)

Aplicável, outrossim, o óbice sumular 83/STJ.

5. Por fim, quanto à formação do litisconsórcio facultativo, o Tribunal de origem consignou que *"é possível, no caso concreto, a formação do litisconsórcio passivo facultativo, conforme disposto no artigo 46, IV do Código de Processo Civil, ainda que seja em tese distinta a natureza da responsabilidade civil de cada réu e que a petição inicial também descreva fatos distintos. Caberá ao juiz, por ocasião do julgamento do mérito, individualizar a responsabilidade de cada demandado."* (fl. 229, e-STJ), **fundamentos estes não impugnados no recurso especial.**

Desse modo, a subsistência de fundamentos inatacados aptos a manter a conclusão do aresto impugnado, impõe o não conhecimento da pretensão recursal, a teor do entendimento disposto na Súmula 283/STF (*"É inadmissível o recurso extraordinário quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles."*).

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL E PROCESSUAL CIVIL. IMPUGNAÇÃO, NO RECURSO ESPECIAL, FUNDAMENTO AUTÔNOMO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. IMPRESCINDIBILIDADE. REEXAME DE PROVAS, EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. DESCABIMENTO.

1. A argumentação contida no recurso especial não possui elementos suficientes para infirmar as razões colacionadas no aresto objurgado, pois não ataca especificamente os fundamentos utilizados pelo Tribunal local para dirimir a controvérsia, o que impõe o não conhecimento da pretensão, a teor do entendimento das Súmulas 283 e 284 do STF, ante a deficiência na motivação e a ausência de impugnação a fundamento autônomo.

2. O "plano de recuperação judicial opera uma novação sui generis e sempre sujeita a condição resolutiva, que é o eventual descumprimento do que ficou acertado no plano, circunstância que a diferencia, sobremaneira, daqueloutra, comum, prevista na lei civil". (REsp 1.333.349/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/11/2014, DJe 02/02/2015) 3. Agravo interno não provido.

(AgInt nos EDcl nos EDcl no AREsp 952.727/RS, Rel. Ministro LUIS

FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 11/09/2018, DJe 17/09/2018)

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À AÇÃO MONITÓRIA. CHEQUE PRESCRITO. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. JULGAMENTO ANTECIPADO. CERCEAMENTO DE DEFESA. ANÁLISE DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. IMPOSSIBILIDADE. FUNDAMENTO NÃO ATACADO. SÚMULA 283. DECISÃO EXTRA PETITA. NÃO OCORRÊNCIA. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULAS 283/STF E 7/STJ.

1. Não compete a esta Corte Superior a análise de suposta violação de normas constitucionais, ainda que com o objetivo de prequestionamento, sob pena de usurpação da competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal.

2. É inadmissível o recurso especial que não impugna motivação do acórdão recorrido apta, por si só, a manter a conclusão a que chegou a Corte estadual (enunciado 283 da Súmula do STF).

3. A identificação de requerimento para produção de provas, cujo não atendimento propiciou o cerceamento de defesa com o julgamento antecipado do feito, não configura decisão extra petita.

4. Inviável o recurso especial cuja análise impõe reexame do contexto fático-probatório da lide (Súmula 7 do STJ).

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1082300/GO, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 04/09/2018, DJe 17/09/2018)

6. Do exposto, com fundamento no art. 932 do NCPC c/c a súmula 568/STJ, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator